

A CENTRALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ARTICULAÇÃO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE BRASILEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX

ARIM SOARES DO BEM*

RESUMO: O texto aborda a relação dialética entre os movimentos sociais, o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. A perspectiva central da abordagem identifica os movimentos sociais como “tradutores” dos complexos mecanismos de desenvolvimento da sociedade brasileira, revelando as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos e permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais do período analisado. Demonstra-se que os movimentos sociais não constituem fenômenos periféricos – como pressuposto nas representações hegemônicas –, mas são chaves explicativas para a compreensão e interpretação de cada período histórico da sociedade brasileira. O texto reconstrói a articulação entre forma e conteúdo dos movimentos sociais em sua relação com os determinantes históricos e discute as mudanças dos paradigmas teóricos nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX.

Palavras-chave: Movimentos sociais no Brasil. Movimentos sociais, Estado e sociedade no Brasil. Movimentos sociais na história do Brasil. Movimentos sociais brasileiros e paradigmas teóricos.

THE CENTRALITY OF THE SOCIAL MOVEMENTS IN THE ARTICULATION BETWEEN STATE AND SOCIETY IN THE XIXTH-XXTH CENTURY BRAZIL

ABSTRACT: This text explores the dialectical relationship between the social movements, the State and the Brazilian society in the XIXth-XXth centuries. Its approach identifies the social movements as “translators” of the complex developing mechanisms of the Brazilian society. This reveals areas of structural deficiencies, centers of dissatisfaction.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Livre de Berlim e professor adjunto do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CHLA), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
E-mail: arimdobem@yahoo.com.br

tion, and collective desires, and allows mapping the topography of the social relations during this period. It also shows that far from peripheral movements – as they are hegemonically represented –, the social movements are actually explanatory keys to understand and interpret each historical period of the Brazilian society. The paper then rebuilds the articulation between form and content of the social movements in their relation to the historical determinants and discusses the theoretical paradigm shifts in the 1970s, 80s and 90s.

Key words: Social movements in Brazil.. Social movements, State and society in Brazil. Social movements in the history of Brazil. Brazilian social movements and theoretical paradigms.

Introdução

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais. Tanto sua forma como seu conteúdo são condicionados pela específica constelação histórica, razão pela qual não se pode compreendê-los sem remissão direta às determinações históricas macroestruturais. Os movimentos sociais deixam entrever mais do que puras carências percebidas e demandas interpostas; eles permitem, de fato, o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam, cujas feridas se tornam, por intermédio deles, materialmente visíveis.

Os movimentos sociais realizam, de fato, um papel histórico maior do que simplesmente revelar as tensões e contradições sociais de cada momento histórico. Eles são acima de tudo uma bússola para a ação social, impulsionando o campo social para formas superiores de organização e buscando a institucionalização jurídico-legal das conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais produzem efeitos que extrapolam o limite das demandas localizadas, ampliando e universalizando o campo formal do direito para todo o conjunto da sociedade. Mudanças institucionais devem à existência dos movimentos sociais a sua qualidade, estando intimamente atreladas à força transformadora destes. A ausência ou a pe-

quena força dos movimentos sociais refletir-se-ão, inevitavelmente, na estrutura jurídico-legal das sociedades, limitando o alcance da pluralização e da democratização políticas e, conseqüentemente, do espaço de desenvolvimento e de atuação das identidades sociais e individuais.

A seguir será apresentada a caracterização da forma e do conteúdo dos movimentos sociais ocorridos no Brasil a partir da primeira metade do século XIX. Será preponderantemente utilizada a periodização feita por Maria da Glória Gohn no livro *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros* (São Paulo: Loyola, 1995).

Forma e conteúdo dos movimentos sociais no século XIX

A primeira metade do século XIX

O século XIX pode ser exemplarmente citado como o século em que os movimentos sociais emergem na história brasileira como fenômenos sociais abrangentes. Em que pese a grande extensão territorial do Brasil e a ausência de um sistema estruturado de comunicações, os movimentos sociais alcançaram uma grande unidade (Gohn, 1995, p. 18) no período, aglutinando forças sociais – às vezes com interesses discrepantes ou mesmo antagonísticos – em torno de lutas comuns. Tais movimentos abrangiam zonas rurais e urbanas, dadas as características do sistema produtivo do período, que concentrava a produção no campo e a distribuição e o gerenciamento da mão-de-obra nas cidades.

Os levantes e insurreições ocorridos na primeira metade do século XIX, embora registrados pela historiografia oficial como fatos isolados e sem maiores implicações, foram, no dizer de Maria da Glória Gohn, fundamentais para a construção da cidadania sóciopolítica do país (idem, *ibid.*, p. 22). Cabe ressaltar que os movimentos sociais do período constituíam motins caóticos, sem uma plataforma político-ideológica bem delineada e giravam em torno da construção de espaços nacionais, diferentemente dos movimentos sociais no século XX, que irão se concentrar em torno das lutas de classes sociais específicas e serão organizados a partir de paradigmas teóricos e político-ideológicos claramente definidos. O caráter pouco organizado e a constituição formal dos movimentos, na primeira metade do século XIX, facilitavam o rápido desmonte de suas bases pelas forças legalistas, que os enquadra-

vam como produtos das ações de “bárbaros”, “assassinos”, “selvagens” (idem, *ibid.*, p. 24). A ausência de classes sociais plenamente configuradas fazia com que as alianças entre os diversos setores fossem tênues e contraditórias (idem, *ibid.*, p. 22) e dificultassem uma direção comum das lutas. A não-união dos movimentos e o seu caráter polissêmico é que facilitavam às diferentes facções da elite utilizarem tais movimentos como massa de manobra para os arranjos políticos normalizadores. Sintomática, neste sentido, foi a criação do Poder Moderador, que funcionava como um árbitro na conciliação estratégica dos interesses (idem, *ibid.*, p. 25), introduzindo a prática de recrudescer os ânimos a partir de uma produção fictícia de harmonia social.

Os movimentos sociais desse período se desenvolveram tendo como pano de fundo o entusiasmo pela vida nacional, pela celebração da natureza, das particularidades tropicais e do homem brasileiro, iniciados com a independência do Brasil (Moreira Leite, 1992). Os aspectos políticos da independência, que trouxeram uma visão positiva do Brasil e dos brasileiros, foram confirmados e reforçados pelo aparecimento do romantismo e levaram à sincretização do movimento político com o movimento estético. A euforia nacionalista do período, aliada à ausência de um sistema funcional de comunicações e de transportes, constituiu um entrave para a generalização das várias insurreições ocorridas no período para todo o conjunto da sociedade. As revoltas de escravos, por exemplo, que se iniciaram em 1807 e se estenderam até o ano de 1835, não ficaram incólumes a tal atmosfera, razão pela qual não conseguiram a adesão de amplos setores.

O romantismo, representado pelo desequilíbrio entre idealidade e realidade (idem, *ibid.*, p. 164), ignorou sistematicamente o problema da escravidão,¹ celebrando, em contrapartida, o índio como a força rebelde e original capaz de sintetizar a América anterior à colonização, possibilitando um distanciamento estratégico diante do colonizador europeu. Os movimentos nativistas da época bloquearam e impediram uma maior visibilidade dos assuntos ligados à escravidão. Mesmo assim, o período foi marcado pela presença de vários movimentos e lutas sociais, podendo-se citar, entre eles, além das revoltas escravas, a Revolução Pernambucana de 1817, as rebeliões contra as Juntas Constitucionais e Infantarias Lusas (Bahia, Pará, Piauí e Paraíba), a Confederação do Equador (Recife), a Balaiada (Maranhão), a Setembrada e a Novembroada (Pernambuco), a Cabanada (Pernambuco, Maranhão, Alagoas e

Piauí), a Cabanagem (Pará), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul), a Sabinada (Bahia), a Revolução Praieira (Pernambuco) e outros.

A segunda metade do século XIX

O movimento abolicionista absorveu grande parte da agenda de lutas sociais a partir da segunda metade do século XIX. Com a recomposição militar e política do Estado, como resposta conservadora às manifestações populares dos anos 30 e 40, a violência institucionalizou-se, penetrando os espaços eleitorais e sendo utilizada como meio de reprimir as rebeliões desencadeadas nas províncias (Gohn, 1995, p. 30-40). Nesse período, principalmente a partir da década de 70, operou-se uma importante transformação na maneira de interpretar a vida brasileira, sendo a unidade nacionalista dos românticos superada pela discussão de temas sociais e que, logo depois, em virtude da penetração do cientificismo nos espaços intelectuais, tenderá, como salienta Moreira Leite, “à perfeição formal e à frieza efetiva” (Moreira Leite, 1992, p. 179), caracterizando a centralidade que a ciência passou a adquirir a partir de então. Em virtude da influência do cientificismo, o movimento estético dos românticos entrou em crise, dando lugar a uma representação realista do social.

Todas as correntes de pensamento que foram constituintes na construção do sistema positivista (Costa, 1997, p. 46-58) passaram para o primeiro plano, permitindo colocar o homem no campo das ciências naturais (Moreira Leite, 1992, p. 180). Neste sentido, foi grande a influência do evolucionismo de Darwin, que possibilitou uma explicação *elementarista* do homem e da sociedade (idem, *ibid.*), fundindo-os, de maneira indiferenciada, como elos inseparáveis nos processos evolutivos biológicos. Com grande proximidade desta corrente de pensamento, o evolucionismo do filósofo inglês Herbert Spencer teve também grande penetração entre os intelectuais brasileiros do período e contribuiu para fortalecer a noção de evolução da espécie humana em consonância com as leis gerais que explicavam o desenvolvimento de todos os seres vivos. Tais correntes de pensamento sedimentavam-se num conjunto de idéias que contribuía para ignorar a especificidade do homem como agente histórico e produtor cultural (Costa, 1997, p. 52). Pode-se acrescentar a elas o papel coadjuvante do organicismo de Albert Schaeffle (idem, *ibid.*, p. 51), que compreendia a sociedade como um conjunto de órgãos em

perfeito funcionamento, acoplando-se a esta compreensão o pensamento sanitário-higienista, que postulava a necessidade da prática social-terapêutica para exorcizar os órgãos “doentes”, discrepantes ou desviantes do conjunto de normas sociais.

É evidente que essas correntes de pensamento contribuíram enormemente para afastar definitivamente as representações eufóricas que marcaram o período romântico e que deram grande impulso aos movimentos nativistas, tão imprescindíveis à construção do nacionalismo pós-independência. O nativismo deu, então, forçosamente, lugar ao eurocentrismo, que pulsava latente nas teorias evolucionistas. As concepções evolucionistas compreendiam a história como sendo produto de etapas fixas e imutáveis e, neste sentido, colocavam apologeticamente as sociedades européias positivistas como estando no “topo”, na etapa final do processo evolutivo, ao passo que encerravam as sociedades não-européias na categoria de “fósseis vivos” e as representavam como exemplares de estágios inferiores (idem, *ibid.*, p. 49).

Silvio Romero (1851-1914) exerceu grande influência sobre o pensamento intelectual do período, tendo sido um dos importantes articuladores das representações que colocavam o meio e a “raça” como os fatores fundamentais da cadeia evolutiva.² Convencido que estava da inferioridade “racial” do brasileiro, Romero “tentará um esquema futuro que permita a integração do brasileiro no desenvolvimento racial da humanidade” (Moreira Leite, 1992, p. 183) e pretenderá “integrar o Brasil na civilização americano-européia do futuro” (idem, *ibid.*). Essa influência irá enunciar a passagem da fase anterior, de marcado otimismo com relação ao Brasil e aos brasileiros, para uma visão marcadamente negativa dos brasileiros e da “miscigenação”. Em contrapartida, Romero investe todo o seu otimismo num futuro a ser construído por meio do processo de “branqueamento” da população, e isso poderia ser alcançado pelo fomento à imigração européia para corrigir a degeneração “racial” que, no seu entender, explicava o atraso do Brasil. A influência de Silvio Romero foi tão grande a ponto de estimular o recrutamento de imigrantes em vários países europeus, dando início a uma nova fase imigratória que somente será interrompida com o processo de nacionalização da mão-de-obra, introduzido por Getúlio Vargas na década de 30 do século XX. As conseqüências da ideologia do “branqueamento” tornaram-se bastante visíveis a partir do início do século XX, levando ao exercício de práticas assimilacionistas sobre a

população afrodescendente, bloqueando o afloramento de uma consciência mais resistente entre esta e contribuindo, ao mesmo tempo, para instituir o mito da democracia “racial”.

É interessante observar que, a partir da segunda metade do século XIX, o movimento abolicionista irá se generalizar para todo o conjunto da sociedade brasileira, alcançando a adesão de vários outros segmentos. O cientificismo, do qual derivou o pensamento positivista, contribuiu para impulsionar este processo de transformação, objetivando, de fato, criar as condições para a superação do sistema produtivo escravocrata e fundar as bases para o surgimento das condições favoráveis ao desenvolvimento das relações capitalistas. A agenda de lutas em torno da abolição colocava, nesse período, vários segmentos sociais com interesses fundamentais divergentes na defesa por interesses “comuns”. Os escravos, que eram os demandatários mais legítimos e os maiores interessados em se libertar das amarras daquele sistema, impulsionavam, com suas ininterruptas insurreições, o jogo de interesses representados pelos militares, intelectuais de formação positivista e pelas demais forças “progressistas” surgidas entre os setores políticos e da oligarquia rural.

Cabe salientar que esses movimentos sociais, principalmente após a abolição da escravatura e a fundação da República, desenvolveram-se num cenário de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e ideológicas (Soares do Bem, 2005). Com a descentralização política estabelecida pela República, alterou-se sobremaneira a articulação entre os sistemas locais de mando e os círculos mais abrangentes de poder político, dando origem à crise e ao perecimento do patriarcalismo rural (Monteiro, 1997, p. 42-43). A expansão da racionalidade capitalista foi, nesse contexto, funcional para o surgimento de movimentos bastante específicos, como os movimentos messiânicos, que eclodiram – e foram barbaramente debelados pelo Estado – no final do século XIX.

Forma e conteúdo dos movimentos sociais no século XX

As duas primeiras décadas do século XX

O início do século XX marcou a concentração dos movimentos sociais nas áreas urbanas que haviam se desenvolvido na região centro-sul, com o avanço econômico desencadeado pela economia do café. Nas

duas primeiras décadas do século XX, pode-se observar a curiosa coexistência de formas e conteúdos dos movimentos sociais característicos do período anterior junto às novas formas de articulação de demandas. Se o escravo era central no cenário sociopolítico do século XIX, no início do século XX serão os trabalhadores imigrantes que adquirirão centralidade. Estes darão transparência ao paradoxo das políticas de imigração, que, ao priorizarem a introdução dos europeus nos setores dinâmicos da economia – em detrimento do fomento à integração da população de ex-escravos na emergente sociedade de classes, liberta de fato para a marginalidade social –, contribuíram também para transportar a experiência de organização política da classe operária para o contexto nacional. É o caso das organizações anarco-sindicalistas introduzidas pelos trabalhadores italianos. Estas formas politizadas de organização conviveram com as associações de auxílio mútuo, de caráter marcadamente pré-político; as lutas contra a alta dos preços de gêneros alimentícios permaneceram, mas foram combinadas com as reivindicações salariais e com as demandas pela modernização das relações de trabalho (Gohn, 1995, p. 61).

O anarco-sindicalismo viveu, no entanto, seu auge e declínio nessas duas décadas iniciais do século XX. Sua resistência em aceitar toda forma de poder e de organização burocratizados impediu que a importante contribuição para a formação de uma resistência operária se sedimentasse em formas mais estáveis de organização. A partir de 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro, encabeçada por Astrogildo Pereira, a organização política da classe trabalhadora passou a se estruturar sob grande influência da Revolução Russa. As duas primeiras décadas do século XX foram importantes não apenas para o desenvolvimento de uma nova racionalidade dos movimentos sociais, mas também para a implantação de uma nova racionalidade estatal. Já na década de 1910 pode-se ressaltar a preocupação dos planejadores urbanos, principalmente no Rio de Janeiro, em atrair o capital estrangeiro. O pensamento sanitário-higienista introduzido no século XIX encontrou, assim, os canais práticos para ser amplamente executado. Iniciou-se um verdadeiro “saneamento” urbano, com a retirada de pobres, mendigos e andrajosos concentrados nas ruas. Muitos desses elementos, vistos como nocivos à ordem social, eram patologizados – num evidente processo de naturalização da pobreza – e lançados nas instituições de “correção”. Incluem-se aí crianças e adolescentes pobres, que,

desde o início da colonização, foram e continuam sendo sistematicamente desrespeitados em seus direitos fundamentais. Foi esta nova racionalidade estatal no controle populacional embasado em pressupostos higienistas que também forjou, em 1904, a chamada Revolta da Vacina, demonstrando, como salienta Gohn (op. cit., p. 67), “a total incapacidade dos poderes da República em se comunicar com seus governados, dando margem para a atuação dos grupos de oposição”.

Resta ressaltar que as duas primeiras décadas do século XX, até o início da Era Vargas, foram de enorme efervescência política, sendo alguns fatos, como a Greve Geral de 1917, considerados entre as mais importantes manifestações públicas da Primeira República. Também importante foi a Revolução dos Tenentes, iniciada com o Levante do Forte de Copacabana e que se estendeu para várias regiões do país, dando, entre os anos de 1925-1927, origem à Coluna Prestes. Vários outros fatos e movimentos poderiam ser citados como importantes nesse período. Sejam registrados, ainda que de modo incompleto, além dos já citados, a criação do primeiro Código de Menores do Brasil, em 1927; as ações de padre Cícero em Juazeiro; o Movimento do Cangaço; o movimento estético em torno da Semana de 22; e o surgimento de várias organizações de classe.

Os movimentos sociais entre 1930 e 1945

Os acontecimentos políticos da década de 1930 marcaram o início de um novo momento histórico no Brasil (Fausto, 1997). Significaram a entrada em cena do projeto liberal industrializante, que estabeleceu rupturas – apesar das continuidades identificadas por vários autores que se concentram nos estudos do período – com as elites rurais conservadoras. A questão urbana ganhou relevo como objeto de políticas públicas (Gohn, 1995, p. 80), sendo expressão, principalmente a partir das décadas de 40 e 50, do desenvolvimento de uma moderna economia urbano-industrial, com a conseqüente concentração espacial dos meios de produção, dos mercados e da força de trabalho (Soares do Bem, 1988, 1992, 2003). Nesse novo cenário, emergiram com nova força os setores populares, provenientes das áreas rurais, os quais passaram a ocupar as áreas periféricas das cidades. Este segmento populacional, marcado pelo involuntário movimento migratório do campo para a cidade, passou a substituir as correntes de imigração européias iniciadas

na segunda metade do século XIX e não dispunha, no novo espaço, de uma infra-estrutura adequada à sua reprodução. Isso se deve à histórica dicotomia entre Estado e sociedade no Brasil, que expõe um modelo de Estado constituído em franca oposição aos interesses populares, originando conseqüentemente modelos de industrialização e urbanização autoritários, desestruturantes e altamente expropriadores.

O período marcou também a criação de ordenamentos jurídicos novos e o início da intervenção do Estado na economia e na sociedade. Em virtude das mudanças estruturais na economia e na política, iniciou-se, nesse período, grande polarização entre facções dominantes. Essa polarização, iniciada de fato com a pluralização de alternativas políticas surgidas na década de 1920, refletiu-se também entre os grupos que disputavam um espaço no novo cenário, levando à radicalização ideológica tanto da esquerda como da direita. Apesar da expressão quantitativa relativamente pequena do Partido Comunista – à esquerda – e dos integralistas³ – à direita –, a visibilidade política desses grupos era muito grande e acabou legitimando ações de Getúlio para o combate e controle dos “extremismos ideológicos”. Neste sentido, ele obteve, do Congresso e dos militares, sucessivos apoios para a concessão de poderes excepcionais ao Executivo, o que acabou por minar a ordem constitucional recém-instituída, favorecendo o surgimento do desfecho ditatorial implantado em 1937, com o golpe do Estado Novo. O Estado Novo “legitimou-se” com a outorga de uma nova Constituição, também chamada de “Polaca”, em virtude de sua semelhança com a Constituição da Polônia, igualmente de cunho fascista. Essa Constituição descaracterizou várias conquistas da Constituição de 1934, que, embora tenha contado com uma pequena participação popular, havia reconhecido os sindicatos e as associações profissionais, criado a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e estendido o direito do voto às mulheres e aos maiores de 18 anos. A Constituição de 1937, além de liquidar a autonomia sindical e partidária, criou a figura dos interventores, que foram nomeados por Vargas para governarem os estados.

Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado do exercício da censura e do controle sobre a representação de interesses, os movimentos sociais entraram em um claro processo de refluxo. Esse fato comprova a nossa tese sobre a centralidade dos movimentos sociais como chave explicativa para a interpretação da história brasileira. No período em foco, é o recrudescimento desses mo-

vimentos na cena política nacional que fornece as ferramentas explicativas para a compreensão desse momento específico. Muitos movimentos sociais foram “abafados” pelo clima de repressão política e pelo terrorismo estatal iniciados com a ditadura. No entanto, é curioso observar que, em decorrência das políticas nacionalistas introduzidas por Getúlio Vargas, formaram-se no período várias organizações de auxílio mútuo entre imigrantes europeus e asiáticos, que se sentiam ameaçados pela “nova ordem”, podendo-se citar a Fundação da Sociedade Brasileira Mosyar Koztarsasargikor, de origem húngara (1931), a Fundação da Sociedade Ítalo-Brasileira Umberto Madalena (1931), a Fundação da União Mútua Yugoslava (1932), a Associação Russa (1932), a Fundação Mutual da Associação Benficiente Oliveira Salazar (1934), a Fundação da União Familiar Japonesa de Auxílios Mútuos (1935), entre outras (Gohn, 1995, p. 82-85).

Os movimentos sociais entre 1945 e 1964

O processo de redemocratização iniciado no período situado entre 1945-1964, também conhecido como período populista ou nacional-desenvolvimentista (idem, *ibid.*, p. 88), abriu perspectivas para o desenvolvimento de várias formas de participação social, uma vez que trouxe de volta a disputa político-partidária e a revitalização sindical. Nesse período, os reflexos sociais da migração interna impulsionada pela industrialização e urbanização já eram bastante visíveis e refletiram-se também no modo de organização das lutas sociais no espaço urbano. É a partir da década de 1940 que emergem no cenário urbano brasileiro as classes populares. A bibliografia que trata da questão (Soares do Bem, 1988) é unânime em reconhecer a ausência da intervenção do Estado na regulamentação da questão urbana (Lojkin, 1981; Kowarick, 1979), de forma que este segmento populacional tem sido desprovido de recursos urbanos necessários à sua reprodução. Tornou-se padrão no modelo de expansão do capitalismo brasileiro a urbanização calcada sobre as carências de serviços de consumo coletivo nas periferias das grandes cidades.

A grande intervenção do Estado na economia, nesse período, era complementada pela intervenção estatal na sociedade, efetivada por meio de políticas sociais de cunho *clientelista*, originando o conceito de *clientelismo urbano*. Desde os anos 1950 e 1960 a relação entre migra-

ção interna e a participação político-social dos setores populares tem sido colocada de modo crescente como objeto de investigações acadêmicas. Assim, as teorias da marginalidade analisaram a existência de amplos setores urbanos desprovidos de canais institucionais de participação social, submetendo-se, por meio de elitistas sistemas partidários, aos interesses das classes dominantes, os quais, segundo as análises, reproduziam formas historicamente consolidadas de populismo e clientelismo. Muitos estudos comprovaram que a inserção política das classes populares ainda se processava por intermédio de mediações tradicionais (Brant, 1983).

Apesar do *clientelismo urbano*, foi nesse período que o “povo” irrompeu na cena política com algum poder de pressão, dando origem a muitos movimentos sociais, naquele momento também podendo estes serem disseminados por meio da ampliação do sistema de transportes e de comunicações, além do respaldo que tiveram da nova Constituição, de 1946. Essa Constituição, conhecida como uma das mais liberais do país, restabeleceu a independência dos poderes e a autonomia dos estados, o direito à greve e regulamentou a organização sindical, apesar de tê-la mantido atrelada ao Estado. O nacional-desenvolvimentismo amalgamou vários projetos idealizados no período, inserindo o Brasil nas dinâmicas do capitalismo mundial desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial. Este processo foi popularizado pelos teóricos do CEPAL por meio da expressão “industrialização por substituição de importação” (Mamigonian, 1995, p. 66) e, embora tenha de fato contribuído para alterar consideravelmente os indicadores de crescimento econômico, manteve uma grande concentração de renda, calcada sobre um tremendo arrocho salarial sobre as classes populares.⁴ Os baixos salários explicam justamente a crescente migração de capitais estrangeiros para o país, no período enfocado, atraídos pela possibilidade de realizar uma acumulação com margens de lucro impensáveis nos países de origem.

A migração que se ampliou nesse período colocou em evidência a existência de um exército de trabalhadores sem qualificação e levou ao surgimento de vários movimentos por reformas de base na educação, circunscrevendo, entre o período de 1947 e 1961, um dos mais longos períodos de lutas pela educação no Brasil (Gohn, 1995, p. 92), que tiveram seu desfecho com a revolta estudantil de 1968.

Surgiram no período vários sindicatos paralelos aos oficiais, numa tentativa de fuga ao controle exercido pelo Ministério do Trabalho, e

ampliaram-se, com o agravamento da situação, os movimentos de associações de moradores nas áreas periféricas das cidades. Os conflitos agrários, que são antigos na história do Brasil, ganharam, no período, uma nova linguagem e passaram a ser articulados a partir de uma franca oposição, frontalmente formulada. Conflitos ocorridos simultaneamente em Goiás, no Rio Grande do Sul, no Paraná e na Região Nordeste expuseram o caráter nacional da questão agrária. Os vários movimentos sociais ocorridos nas áreas rurais no período de 1958 a 1964, associados às Ligas Camponesas surgidas em 1955 (Correia de Andrade, 1986), puderam então ser combatidos com base no anticomunismo, que havia se transformado na ideologia oficial das elites durante toda a fase da “Guerra Fria”. Foi esta ampla frente de organização popular, acrescida dos problemas de transição política nessa fase altamente concentracionista, que instigou os militares a fecharem, com o golpe de 1964, os canais de expressão populares historicamente (re)construídos.

Os movimentos sociais durante e após a ditadura militar

Desmantelados vários movimentos sociais existentes antes de 1964 e, com a extrema vigilância do governo para evitar novas organizações, grande parte da população passou a buscar refúgio contra o clima de terror nos laços primários de solidariedade. Segundo Brant, foi justamente o desenvolvimento desses laços diretos entre os diferentes grupos sociais que deu origem a vários movimentos de base:

Associações comunitárias, grupos políticos de crescimento molecular, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães ou de jovens, grupos de oposição sindical, tendências estudantis, enfim, uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentavam-se na confiança direta entre os membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas. (Brant, 1983, p. 13.)

A grande repressão vigente na primeira década da ditadura militar não impediu a existência de várias formas de resistência, mas impôs importantes mudanças no modo de estruturação e de condução das lutas. Provocou, como efeito mais imediato, a cisão interna entre vários grupos de esquerda, alguns dos quais se mantiveram ativos no trabalho de mobilização das “massas” populares urbanas e rurais, ao passo que outros se viram forçados a operar na clandestinidade, em ações arma-

das. De todo modo, essas lutas eram motivadas pela necessidade comum de resistir ao avanço do modelo de desenvolvimento do capitalismo industrializante implantado no país, possibilitado pela aliança entre os militares, o capital estrangeiro, o empresariado nacional e a nova tecnocracia (Gohn, 1995, p. 101).

Impulsionados pela Reforma Universitária de 1968 e pelo Decreto n. 477, que bloqueou todas as manifestações estudantis, além do Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 1969, os estudantes assumiram um papel central na grande frente contra a ditadura, muitos dos quais fizeram, diante do esgotamento das ações institucionais, a “opção” pela luta armada. Segmentos da Igreja Católica, principalmente após o Congresso de Medellín, realizado em 1968 na Colômbia, redefiniram o papel do evangelho na luta contra as injustiças sociais, dando origem à Teologia da Libertação, e impulsionaram o movimento das Pastorais nas periferias das grandes cidades, principalmente em São Paulo.

Com o golpe de 1964, as interpretações do CEPAL cederam lugar às teorias da dependência, que enfatizavam o caráter subordinado da industrialização brasileira aos interesses dos países capitalistas centrais e se mantiveram hegemônicas até a primeira metade da década de 1970. Tais teóricos introduziram os termos “centro” e “periferia” no interdiscurso social e político da época, afirmando que a dependência era produto de uma aliança entre as classes dominantes do centro e da periferia para a exportação de determinados bens de consumo industriais destinados aos países “centrais”, reforçando, assim, o monopólio destes na produção de bens de equipamento. A dependência manifestava-se também, para esses autores, na existência de uma estrutura econômica de desequilíbrios setoriais, consequência da divisão internacional do trabalho que, àquela época, não permitia uma articulação desejável do Brasil no interior do sistema capitalista mundial (Mamigonian, 1995).⁵ Ao afirmar que o crescimento econômico, sob as condições do modelo capitalista dependente, só poderia apontar para duas alternativas políticas possíveis – quer sejam, o fascismo ou o socialismo –, os dependentistas, no dizer de Mamigonian, acabaram por justificar e legitimar as guerrilhas do período (idem, *ibid.*, p. 72).

Os acontecimentos iniciados em meados da década de 1970 marcaram o ressurgimento, ainda que de maneira fragmentária, dos movimentos sociais na cena política brasileira e são eles que, formando uma grande rede de articulação a partir da base social, levaram ao final

da ditadura. Não é por outra razão que esse período ficou conhecido como “a era da participação”. A crise que se instalou no país após 1973, seguida da recessão que aumentou consideravelmente o índice de desemprego nas grandes metrópoles, a retomada da inflação, o desapontamento das camadas médias com o desmantelamento do “milagre econômico” e o fim da ilusão de acesso a um consumo cada vez mais ampliado, todos esses fatores levaram a uma perda de legitimidade do regime entre amplos setores sociais. Uma grande frente popular mobilizou-se em torno do emergente Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criando as bases para uma rearticulação da Sociedade Civil, que passou a reencaminhar, por meio dos vários canais de expressão reconstruídos, projetos de mudança social para o país (Gohn, 1995, p. 111). Em 1975 iniciou-se, com o apoio de várias organizações internacionais, um amplo movimento pela anistia, seguido pela retomada do movimento sindical, em 1976, e pela nova força adquirida pelo Movimento Estudantil, a partir de 1977.

Na esteira deste movimento pela redemocratização do país, surgiram novos movimentos sociais, como o Movimento Feminista, iniciado em 1975, que refletiam dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional. O questionamento do modo universalista de organização da classe trabalhadora levou à realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, no ano de 1978, em São Bernardo do Campo, abrindo o caminho para uma revisão das estratégias de luta da classe trabalhadora em vários campos e forçando a incorporação de particularidades de gênero, “raça”, cultura etc. na formatação do ideário das lutas. Iniciaram-se as grandes greves de diversas categorias socioeconômicas, impulsionadas pelo movimento dos metalúrgicos no Grande ABC, em São Paulo. Em 1979 foi criado, em Santa Catarina, o Movimento dos Sem-Terra, prenunciando a criação do Partido dos Trabalhadores, que ocorreu em 1980. É do mesmo período o movimento de organização das favelas, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, fato que forçou o diálogo do Poder Público com as representações de interesses constituídas, em substituição ao tratamento social-darwinista dado a esses moradores, considerados marginais e criminosos.

A década de 1980 foi das mais significativas não apenas por ter marcado o início do fim do regime ditatorial; foi também uma das mais frutíferas do ponto de vista da pluralização dos movimentos sociais, que passaram a abranger várias novas temáticas, como a questão das mulheres, dos negros, de crianças, dos índios, do meio ambiente etc. O Movi-

mento Diretas-Já demonstrou, pela força e determinação, que o “povo” brasileiro não tinha mais fôlego para suportar as atrocidades do regime que havia se instalado em 1964. Levou irremediavelmente ao fim da ditadura, fortaleceu a Sociedade Civil, aumentando a sua auto-estima e originando, no período entre 1985 e 1988, o amplo movimento pela Constituinte, responsável pela nova Carta Constitucional (1988), que introduziu vários dispositivos centrados na garantia de direitos sociais.

Desde o início da organização política da classe trabalhadora brasileira, que data das primeiras décadas do século XX, até a década de 70 do mesmo século, os movimentos sociais tiveram o suporte teórico fundamental das interpretações marxistas. Tendo como *leitmotiv* a situação específica de amplos setores expropriados no espaço urbano caoticamente organizado, o paradigma marxista, centrado nas explicações estruturais da economia e da sociedade, demonstrou-se adequado à análise e interpretação das várias formas de carência decorrentes do modo de produção capitalista instalado. As questões colocavam-se em torno de reivindicações por salários, por saúde, por equipamentos urbanos, por moradia, enfim, tinham como substrato carências e demandas economicamente fundamentadas.

A partir da década de 1980 a emergência dos novos movimentos sociais dá visibilidade a formas novas de organização dos trabalhadores, às vezes em oposição mesmo às estruturas tradicionais dos partidos políticos e sindicatos. Tais movimentos colocaram questões novas, como as demandas encetadas por mulheres, homossexuais, negros e minorias de todos os matizes. Tais movimentos impuseram uma marcação que passou a situá-los para além da dicotomia alienação-identidade e forjaram rupturas entre eles e o seu conhecimento, originando uma verdadeira “contracultura micrológica” (Evers, 1984). Para Evers, os novos movimentos sociais passaram a refletir um potencial que não diz somente respeito ao poder político como categoria central das ciências sociais, mas a uma contínua renovação de padrões socioculturais e sociopsíquicos que penetram as microestruturas das sociedades. De fato, os novos movimentos sociais não se esgotaram em demandas somente por inserção socioeconômica, mas pleitearam uma ampla reformulação dos padrões culturais. Mulheres, homossexuais e negros, por exemplo, passaram a formular diferentes estratégias para o desenvolvimento de políticas da diferença, levantando uma nova ordem de demandas relativas aos modernos direitos sociais, que impuseram o tema da identidade como central nessas demandas.

Já os anos de 1990, como salienta Gohn, passaram a enfatizar duas categorias básicas como sendo centrais para o desenvolvimento dos movimentos sociais: a cidadania coletiva e a exclusão social. A primeira categoria, salienta a autora, já estava presente na década de 1980, mas passou a apresentar o exercício da cidadania como uma luta coletiva de grupos e instituições legitimados com a nova ordem constitucional de 1988. A segunda, concernente à exclusão social (Gohn, 1997, p. 288), decorre das novas dinâmicas desencadeadas a partir da década de 90, com o processo de globalização. Se na década de 70 do século XX a marginalidade era pensada como fenômeno típico do capitalismo periférico e estava associada à existência de uma parcela dos trabalhadores urbanos não integrados aos modernos setores da atividade econômica,⁶ a partir da década de 90, com as mudanças estruturais, a situação modifica-se sensivelmente. A exclusão social, vista como um fenômeno típico do capitalismo atual, está relacionada à crescente precarização do mercado de trabalho e à fragilização da inserção profissional, que geram uma “ruptura progressiva dos laços sociais” (Lesbaupin, 2000, p. 33). Ela transforma os “excluídos necessários” das décadas anteriores (o “exército industrial de reserva”) em “excluídos desnecessários”, colocando-os na posição de “inúteis” e “excedentes”.

Com efeito, a crescente exclusão social, produzida pela introdução das políticas neoliberais (Soares do Bem, 2003), acabou forçando a Sociedade Civil organizada à busca de soluções compartilhadas. Se nas décadas anteriores, os movimentos sociais eram definidos por uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, a partir da década de 90 estes passaram a institucionalizar-se por meio das organizações não-governamentais. Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim, para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal. Marcam, dessa forma, ainda que embrionariamente, a transição de um modelo meramente representativo de democracia para um modelo centrado no exercício ativo da cidadania (Benevides, 1998).

Conclusão

O objetivo deste texto foi o de reconstruir, em linhas gerais, o desenvolvimento dos movimentos sociais em vários momentos históricos significativos, nos séculos XIX e XX, no Brasil, permitindo, assim,

o reconhecimento de sua centralidade para a interpretação de aspectos constitutivos da relação entre sociedade e Estado. Remontando a um debate teórico encetado em meados do século XIX por Marx contra Hegel e correntes de pensamento hegelianas (Marx, 1988; Marx & Engels, 1983), refuta-se também aqui o viés idealista que situa o Estado como resultado de uma evolução sempre ascendente da razão (espírito), compreendendo-o, pelo contrário, como expressão material da divisão e da separação. Neste sentido, operacionaliza-se a compreensão da articulação do movimento antagonístico das forças sociais simultaneamente à desmistificação da administração estatal como alheia, superior, exterior ao conflito e recompõe-se, desse modo, a necessária dialética entre as forças sociais e o ordenamento jurídico na sociedade brasileira.

De fato, se pensarmos o poder em sua dimensão histórica, veremos que, se o Estado brasileiro se constitui como pólo separado, acima da sociedade, e busca, por intermédio de vários mecanismos institucionais – lembremo-nos das duas Constituições do século XIX! –, operar a unidade e a identificação, na tentativa de anular as contradições e os efeitos das divisões sociais, ele é de fato um local privilegiado onde se reproduzem essas divisões e deve, portanto, ser visto apenas como *parte da sociedade* (Soares do Bem, 1985, p. 194). Se, de um lado, no período inicial de constituição do Estado brasileiro, o processo de modernização adotado forjou a introdução de um modelo de democracia com pequena participação popular, de outro, pode-se dizer que a emergência dos movimentos sociais politicamente organizados foi moldando, pouco a pouco, novas facetas nos modos de estruturação da tensa e contraditória relação entre Estado e sociedade, forçando-o a uma permanente negociação e integração das demandas sociais. O grande desafio para a sociedade brasileira reside justamente na capacidade de mobilização estratégica de suas forças transformadoras, na busca de formas qualitativamente superiores e mais estáveis de organização e de atuação, tendo em vista a sua co-participação no controle e na gestão da coisa pública, a exemplo das recentes experiências relacionadas aos orçamentos participativos. Neste sentido, a educação permanece como um dos mais importantes instrumentos para a garantia da passagem de um modelo de democracia representativa para aquele centrado no exercício ativo da cidadania.

Recebido em novembro de 2005 e aprovado em março de 2006.

Notas

1. Representações fragmentárias e isoladas que abordam a escravidão fazem-se presentes, no entanto, na prosa de Gonçalves Dias, como nesta passagem, onde se refere ao Brasil: “Mas a grande parte de sua população é escrava – mas a sua riqueza consiste nos escravos – mas o sorriso – o deleite de seu comerciante – do seu agrícola – e o alimento de todos os seus habitantes é comprado à custa do sangue do escravo!” (Moreira Leite, 1992, p. 176).
2. Segundo Renato Ortiz, a história brasileira é apreendida de modo determinista, nesse período, fazendo com que clima e raça sirvam de ferramentas explicativas para a natureza particular do “caráter” brasileiro (Cf. Ortiz, 1994).
3. Plínio Salgado, líder do Movimento Integralista, centrava sua luta na reconstrução de valores morais e dos bons costumes, reunindo esforços para o combate tanto do comunismo como do capitalismo liberal. Os valores por ele defendidos fundamentavam-se em um modelo de sociedade de base agrícola, controlada por um Estado centralista (cf. Bertonha, 2000). Para um contato direto com a “doutrina” de Salgado, cf. Loureiro (s/d).
4. Crítica ao modelo de crescimento econômico desvinculado de sua contrapartida, o desenvolvimento social, encontra-se em Gatto et al. (2003).
5. Críticas às teorias dependentistas são elaboradas, entre outros, por Oliveira (1981).
6. Cf., a respeito, Lesbaupin (2000, p. 31).

Referências bibliográficas

ABDALA JUNIOR, B.; ALEXANDRE, I.M.M. (Org.). *Canudos: palavra de Deus sonho na terra*. São Paulo: SENAC; Boitempo, 1997.

BENEVIDES, M.V.M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1998.

BERTONHA J.F. *História em movimento: fascismo, nazismo, integralismo*. São Paulo: Ática, 2000.

BRANT, V.C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983.

CORREIA DE ANDRADE, M. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. p. 46-58.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-23, abr. 1984.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

GATTO, L. et al. *Crescimento econômico e desenvolvimento social: anatomia de um projeto de extensão*. Maceió: EDUFAL, 2003.

GOHN, M.G. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, M.G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

LESBAUPIN, I. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOUREIRO, M.A.S. *O integralismo: síntese do pensamento político doutrinário de Plínio Salgado*. [S.l.] Voz do Oeste [s.d.].

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana. In: BECKER, B.K. et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 64-76.

MARX, K. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. In: *MEW*. (Ost) Berlin: Dietz Verlag, 1988. bd. 1.

MARX, K.; ENGELS, F. Die deutsche Ideologie: Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihren Repraesentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten. In: *MEW*. (Ost) Berlin: Dietz Verlag, 1983. bd. 3.

MOISÉS, J.A. *Classes populares e protesto urbano*. 1978. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MONTEIRO, D.T. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977. v.9

MOREIRA LEITE, D. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, R.V. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília, DF: UNB, 1982. Unidades 7 e 8.

SOARES DO BEM, A. As histórias de vida como metodologia alternativa para uma redefinição da prática científica. *Comunicações & Artes*, São Paulo, n. 14, 1985.

SOARES DO BEM, A. *Telenovela e doméstica: da catarse ao distanciamento*. 1988. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES DO BEM, A. Brasilianische Hausangestellte und Telenovela: Ideologische Reproduktion und Widerstand. In: *COMMUNICATIO SOCIALIS: Zeitschrift fuer Publizistik in Kirche und Welt*. Paderborn: Ferdinand Schoeningh, 1992.

SOARES DO BEM, A. Comunicação, classes populares e ideologia na periferia de São Paulo. *Revista do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas*, Maceió, 2003. (no prelo)

SOARES DO BEM, A. Globalisierung, Staat und Gender: Tourismus und Frauehandel im Nordosten Brasiliens. In: KRAMER, H.; NAEGELE, R. (Org.). *Geschlechterarrangements in globaler und historischer Perspektive*. Heidelberg: Mattes, 2003.

SOARES DO BEM, A. *A dialética do turismo sexual*. Campinas: Papyrus, 2005.